

Comitê local propõe extinção da meta do PJe-JT

Representantes dos servidores e magistrados participaram da reunião. Indicativo agora será levado para o Comitê nacional

A participação de representantes do SINTRAJUSC e da Amatra12 na reunião do Comitê de Gestão Estratégica, realizada nesta quinta-feira, dia 5, garantiu avanços na proposta catarinense, que será levada ao Comitê Gestor da Justiça do Trabalho. Uma delas se refere à saúde e outra ao PJe-JT. Mesmo não sendo metas definitivas, porque serão apreciadas com as de outros Estados, elas sinalizam um indicativo importante para os outros Tribunais na definição das metas para 2014.

Com relação ao PJe-JT, a meta 12 de 2013 era "implantar o Processo Judicial Eletrônico - PJE em pelo menos 40% (quarenta por cento) das Varas do Trabalho de cada Tribunal". Essa meta foi extinta. Com relação à saúde de servidores e magistrados, o Sindicato e a Associação insistiram no princípio de que a definição de números e percentuais pressiona os trabalhadores a perseguir metas que tendem a ser cada vez mais ampliadas, aumentando o estresse

de todos, sendo que não são dadas as condições para que elas sejam atendidas. A lógica é que, em 2014, sejam construídas possibilidades para que o Tribunal possibilite que, para cada meta, haja uma ação correspondente e instrumentos de fato para isso.

Enxugamento do quadro

O Coordenador do SINTRAJUSC, Sérgio Murilo de Souza, afirmou que as metas estabelecem o ritmo, mas fica nas mãos de servidores e magistrados dar conta de atendê-las, em um cenário no qual há teto para lotação, enxugamento do quadro e condições de trabalho pioradas, como é o caso do PJe-JT, que é um retrocesso em relação ao sistema que a JT-SC utilizava, o Provi. Ao final das contas, quem consegue atingir a meta, a qualquer custo, tem como "prêmio" trabalhar ainda mais para atingir metas maiores. "As metas devem estar vinculadas a instrumentos, a contrapartidas; as metas estão aumentando e as condições

para atendê-las piorando", reforçou o representante da Amatra12, juiz João Carlos Trois Scalco.

O servidor Caio Teixeira, que participou da reunião, assim como a Coordenadora do Sindicato Claudia Bettoni, enfatizou que os servidores hoje estão expostos a condições agressivas de trabalho, que levam ao adoecimento físico e psíquico. O assédio moral, por sua vez, virou instrumento de gestão, porque a política de submissão às metas impõe um ritmo incompatível com o enxugamento do quadro imposto por resoluções dos Tribunais Superiores.

Tanto Sérgio quanto Caio insistiram que as metas devem ser discutidas sob o ponto de vista da saúde. Uma das metas, por exemplo, era proferir ao menos 80% de sentenças líquidas no procedimento sumaríssimo. Após a discussão, a meta ficou redigida com base na proposta de difundir a ideia e criar condições para aumento da prolação da sentença líquida, sem estabelecimento de percentual. O

Tribunal irá divulgar nessa sexta-feira as metas aprovadas em SC.

Decisões recentes do CSJT mostram que somente a pressão trará mudanças que evitem o sucateamento da JT e o agravamento da saúde e da condição de trabalho dos servidores, agora incluindo também os advogados, que têm

tido dificuldades imensas com o PJe-JT. As equipes de Tecnologia da Informação do CSJT, por exemplo, já começaram a implementar as alterações no PJe-JT, aprovadas por unanimidade durante a 5ª Reunião Ordinária do CSTJ, realizada no dia 30, em boa parte por pressão da OAB.

Na reunião de ontem no TRT-SC, representantes de magistrados e servidores, unidos por um objetivo comum, também avançaram nesse sentido, sendo necessário, agora, pressionar para que, em nível nacional, a direção tomada por SC seja adotada por outros Tribunais.

PJe-JT: Sindicato reúne-se com Acat

O Coordenador do SINTRAJUSC, Sérgio Murilo de Souza, acompanhado do Assessor Jurídico Fernando Blasi, reuniram-se com o presidente da Associação Catarinense de Advogados (Acat), Felipe Iran Borba Caliendo, para conversar sobre a continuidade da luta pela imediata suspensão do PJe-JT no Estado até que o sistema ofereça melhores condições de operabilidade pelos usuários.

Os próximos passos vão se concentrar na Recurso Administrativo

do Sindicato, já distribuído para a relatora desembargadora Teresa Regina Cotosky. O Sindicato entregou ao presidente da entidade jornais e adesivos produzidos sobre o PJe-JT.



Foto: Míriam Abreu

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL

Pelo presente Edital, a Diretoria Executiva do Sindicato dos Trabalhadores no Poder Judiciário Federal no Estado de Santa Catarina (SINTRAJUSC), conforme estabelece o artigo 38 do Estatuto Sindical, faz saber aos trabalhadores do Judiciário Federal de Santa Catarina que será realizada ASSEMBLEIA GERAL no dia 12 de setembro do ano de 2013, quinta-feira, às 17 horas, na entrada do Tribunal Regional Eleitoral (Rua Esteves Júnior, Centro, Florianópolis/SC), com os seguintes pontos de pauta:

- 1- Informes;
- 2 - Vacância na Diretoria do Sindicato. Eleição para preenchimento de cargo;
- 3 - Pauta Nacional de Lutas da Fenajufe;
- 4 - Autorização para ingresso de ações judiciais de interesse dos servidores.

Coordenação geral do Sintrajusc

Florianópolis, 06 de setembro de 2013.

Calendário de Lutas da Fenajufe

- 30/08 - Dia Nacional de lutas e paralisações;
- 07/09 - Participação no Grito dos Excluídos;
- 1ª quinzena de setembro - Rodada nacional de Assembleias nos estados;
- 28 e 29/09 - Reunião da Executiva da Fenajufe;
- 03/10 - Dia Nacional de Luta, podendo adequar a data em conjunto com o Fórum Nacional dos Servidores Públicos Federais e as Centrais Sindicais;
- 11/10 - Indicar para as Assembleias de base a realização de ato no TSE no dia 11/10 para cobrar a pauta emergencial da categoria e as reivindicações específicas da Justiça Eleitoral;
- 12 e 13/10 - Seminário nacional sobre carreira e implicações do PJe na carreira, com instalação de grupo de trabalho;
- 09/11 - Reunião ampliada da Fenajufe, com caráter deliberativo, com data que poderá ser antecipada pela Executiva em reunião dos dias 28 e 29/09.